

DF terá três novas cidades-satélites

O Distrito Federal ganhará até o final deste mês três novas Regiões Administrativas. O governador Joaquim Roriz enviou ontem à Câmara Legislativa os projetos de lei criando as RAs dos lagos Sul e Norte, atualmente sob jurisdição de Brasília, e a do Riacho Fundo, pertencente ao Núcleo Bandeirante. As propostas serão votadas em regime de urgência urgentíssima e devem entrar na pauta da sessão extraordinária da próxima semana.

Na mensagem enviada aos deputados distritais, Roriz lembra que as novas RAs são fruto de reivindicações da comunidade, expostas principalmente durante os governos itinerantes. "A criação das regiões administrativas vem consolidar a política do meu governo no sentido de prover melhores condições de descentralização e maior participação e integração das comunidades locais", afirmou o governador, na justificativa dos projetos.

Com a criação das novas RAs — os projetos devem ser aprovados sem maiores problemas — o DF passa a ter 17 cidades-satélites. Pela proposta, o Lago Norte será composto pelo Setor de Ha-

bitação Individual Norte (Shin), Setor de Mansões do Lago (SML), Setor de Postos e Motéis Norte (SPMN), a comunidade da Vila Varjão e outras pequenas áreas. Já a Administração do Lago Sul terá sob sua responsabilidade o Setor de Habitação Individual Sul (Shis), o Setor de Mansões Dom Bosco e o Aeroporto de Brasília, além das áreas pertencentes ao Jardim Botânico, Escola de Administração Fazendária e a Reserva Ecológica do Roncador. A satélite do Riacho Fundo ficará também com o assentamento da Telebrasil.

Repercussão — A criação das novas cidades-satélites foi bem recebida pelos administradores do Núcleo Bandeirante e de Brasília, regiões que perderão as áreas para as futuras RAs. "A descentralização administrativa vai permitir que essas comunidades recebam melhor atendimento", afirmou Leonel Paiva, do Bandeirante. Haroldo Meira, de Brasília, lembrou que a cidade está crescendo e medidas como estas vêm aperfeiçoar a sua administração. Os projetos de lei, no entanto, não foram bem recebidos por alguns parlamentares.